



ESCRavidÃO E LIBERDADE NAS FESTAS DO ROSÁRIO

Livia Nascimento Monteiro¹

“Nossa Senhora do Rosário, ela não falava, no dia 13 de maio ela deu sua palavra”

O canto em louvor a Nossa Senhora do Rosário é entoado pelo terno de Moçambique de Piedade do Rio Grande-MG há, pelo menos, oitenta anos. Ao redor do andor que leva a imagem de N. S. do Rosário, todos os moçambiqueiros cantam e dançam a memória da escravidão e celebram a liberdade, com um agradecimento especial à N. S. do Rosário pela Abolição no dia 13 de maio de 1888. É através desse e outros cantos e dos rituais do grupo de Congada e Moçambique de Piedade que as histórias da escravidão e da liberdade vêm à tona no tempo presente nas Festas do Rosário em Minas Gerais.

O objetivo desse artigo é analisar, através das gerações de congadeiros e moçambiqueiros de Piedade do Rio Grande-MG, a memória da escravidão e do pós-Abolição em Minas Gerais. Nesse sentido, para tal análise, recorro às narrativas e memórias dos congadeiros e moçambiqueiros, que foram construídas e reconstruídas ao longo do século XX e nunca existiram isoladas, mas sempre pertenceram a uma memória que se iniciou ainda na escravidão, passou pelo processo pós-emancipacionista e se transformou inúmeras vezes e “prossegiram seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível.”²

As congadas se apresentam em forma de cortejo real, incluem danças e cantos e são compostas predominantemente por negros, que se reúnem para louvar seus santos de devoção. O

¹Doutoranda em História pela UFF- Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq. Email para contato: lnascimento Monteiro@gmail.com

² É nesse sentido que utilizo a História Oral, ao privilegiar a análise dos excluídos e das minorias, ressalta a importância de se tentar resgatar as memórias subterrâneas que, com parte das culturas minoritárias, se opõem à memória oficial e isso acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. As memórias subterrâneas fazem um trabalho de subversão no silêncio. POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, 1989. P. 3-15.



debate acerca das irmandades católicas no período colonial e sobre as congadas é vasto, abaixo seguem alguns dos principais trabalhos.

A congada ou os congados, também são chamados de ternos, guardas ou cortes. Os primeiros registros de congados são do período colonial; para José Ramos Tinhorão há um registro de uma coroação de rei negro foi feito em 1711 no interior de uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Pernambuco, mas, o autor também afirma que há notícias das primeiras manifestações de coroação de rei realizada com os reis de Angola no século XVII e que tal prática era realizada por escravos e forros no século XVI em Lisboa.³ Ao estudar o negro em Portugal, Tinhorão liga o surgimento da eleição do rei e rainha à representação política e simbólica do rei do Congo, promovida em 1551, pelo rei português D. João III; essa representação teria ocorrido com o objetivo de demonstrar à Igreja Católica a adoção ao catolicismo por parte do reino africano e a teatralização da coroação dos reis do Congo “seria uma representação do reconhecimento político por parte de Portugal, encenada em um auto festivo em que negros escravos reproduziam, em Lisboa, as embaixadas tribais presentes em Mbanza Kong (o terreiro ou paço residencial dos reis do Congo), para a escolha do sei rei suserano”.⁴

O papel do culto aos santos, especialmente nas irmandades de Santo Elesbão e Santa Efigênia, no século XVIII, para Anderson Oliveira, era um dos fatores de construção de identidades entre a população negra no Brasil colonial; o historiador ainda defende que a Igreja Católica estimulava o culto como estratégia de conversão dos africanos e seus descendentes, mas que estes resistiam e reinterpretavam os códigos católicos, conferindo ao culto outras dimensões que atestava a relativa autonomia dos negros na sociedade colonial.⁵ Mariza de Carvalho Soares argumenta que, de acordo com a análise de africanos vindos da Baía do Benim para a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, havia uma ampla e bem organizada rede de relações sustentada pelos laços étnicos, religiosos e parentais que se organizavam com base na “nação” e na “terra” de onde procediam. Desse modo, no espaço colonial eles abriam mãe de certas tradições e mantinham outras, buscando

³ TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.

⁴ TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa*. Lisboa: Caminho, 1988. P. 140.

⁵ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. *Topoi*, v.7, n.12, jan-jun 2006, pp. 60-115.



assim uma saída para continuarem existindo enquanto grupo étnico e político.⁶ A historiadora identifica no “estado” de folia das irmandades a estratégia para que os conflitos pudessem ser resolvidos, pois as eleições dos reis e rainhas permitia que as identidades étnicas ficassem em evidência e o poder poderia ser partilhado, de acordo com os diversos grupos que compunham as irmandades.

João José Reis defende que as irmandades negras do período colonial se formavam em torno das identidades africanas mais amplas, criadas na diáspora e que uma das principais atividades das irmandades era a “promoção da vida lúdica, ou estabelecer o estado de folia de seus membros e da comunidade negra em geral.”⁷ Afirma também que nas festas ocorriam as eleições de reis e rainhas que fundavam na América Portuguesa encantações de reinos africanos e rituais que transformavam a memória em força cultural viva, “(...) eram acompanhadas do bater de atabaques, mascaradas e canções cantadas em línguas africanas. Nessas cerimônias, carregadas de emoção mais do que de devoção cristã, os africanos reviviam simbolicamente suas antigas tradições culturais e consolidavam na prática novas identidades étnicas.”⁸

O culto aos santos católicos, no período colonial, era uma forma dos escravos africanos utilizarem o espaço público e se organizarem através das irmandades, de acordo com Marina de Mello e Souza; a coroação dos reis negros ocorria com a eleição dos reis e as festividades com danças e ritmos nos diversos espaços da América portuguesa e as festas promoviam a recriação dos laços comunitários destituídos pelo tráfico.⁹ Em relação às festas, Mello e Souza em seu precioso trabalho sobre os reis negros no Brasil escravista, afirma que o momento das eleições representava o processo de recriação de tradições onde mesclavam fragmentos de uma memória africana e elementos da cultura católica portuguesa. Para a historiadora, a coroação e a realeza representam dentro das irmandades a constituição de identidades africanas, pois há a recuperação dos traços das identidades tribais e dos laços e linhagem, “a união de diversos grupos familiares em torno de um rei, eleito pela comunidade, reforçava o sentido de pertencimento a um grupo e, no quadro da

⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império Português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, n.2, 2004, pp. 303-330.

⁷ REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1997, p. 25.

⁸ Idem. p. 25.

⁹ MELLO E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa da coroação do rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.



diáspora africana, a recriação destas tradições funcionou como uma forma de sobrepujar a desagregação social promovida pelo tráfico atlântico.”¹⁰ As irmandades e as festas também estavam vinculadas à perspectiva católica, como a devoção aos santos católicos e o cumprimento das leis da Igreja (os compromissos das irmandades eram autorizados pelos representantes da Igreja, assim como os pedidos para a realização das festas).

Desse modo, em comum, esses autores consideram que a linguagem religiosa é o terreno da mediação cultural no período colonial e as irmandades, portanto, são entendidas como parte das estratégias encontradas pelos escravos de resistirem à escravidão, como espaço de autonomia e criação de laços de solidariedade e sociabilidade. As irmandades negras, como são classificadas todas as irmandades frequentadas pelos africanos e seus descendentes no Brasil, têm variedade de santos de devoção, como Nossa Senhora do Rosário, Santo Elesbão, São Benedito, Santa Efigênia, Santo Antônio e outras, mas o culto a Nossa Senhora do Rosário é o mais recorrente entre as Irmandades compostas pelos escravos, que para além dos laços criados entre os irmãos, constituíam local de vivência religiosa, cujas tradições africanas e portuguesas caminhavam juntas.

As irmandades do Rosário instituídas em Minas Gerais, no período colonial, são bastante numerosas e expressivas de acordo com Célia Borges; os reis e rainhas pertenciam a diferentes grupos étnicos e eram de diferentes procedências; ser rei conferia prestígio, mesmo a um escravo, por ser reconhecido não só junto dos seus pares como frente à comunidade.¹¹ Ainda para a autora, havia diversos rituais e a participação de diferentes grupos, portanto, não se tratava de uma representação direta do reino do Congo em terras coloniais, mas era, antes de tudo, uma “representação do novo grupo reconstruído na situação colonial. Mesmo porque em Minas os irmãos provenientes do Congo nem sempre constituíram a maioria das confrarias.”¹² As festas do Rosário, realizadas pelas irmandades do Rosário, mesclavam missas, procissões, cerimônia de coroação dos reis, banquete e várias representações dramáticas, que de acordo com Célia Borges e Marina de Mello e Souza são conhecidas como Congadas, por conta da eleição dos “reis do Congo”.

¹⁰ MELLO E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista. Op. cit.*

¹¹ BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, século XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. P. 177.

¹² Idem. P. 177.



Existem estudos sobre Congadas realizados em diversas áreas, por diversos estudiosos – antropólogos, historiadores, sociólogos e outros que problematizam cada localidade e o seu ritual. Em quase todas as análises, destacam-se os aspectos referentes à diversidade rítmica presente no ritual, as celebrações e os elementos africanos e católicos mesclados nessa manifestação. Na década de 1970, Carlos Rodrigues Brandão escreveu sobre a festa do congado em Catalão (Goiás) e inaugurou uma nova fase de estudos sobre o tema, “(...) em busca de um lugar sagrado, como na romaria; conduzindo seres simbolicamente sagrados através de espaços profanos, como na procissão; viajando através de lugares com o anúncio de um festejo religioso em algum local, como a folia...”¹³, comparativamente, Brandão analisou o congado de Catalão em suas diversas facetas e definiu o que chamou de espaços de sociabilidades próprios. Em 1976, Alfredo Rabaçal organizou um glossário sobre a Congada no país, com uma cronologia das referências e estas apareciam em 18 estados brasileiros.¹⁴ Na década de 1980, Edmilson Pereira e Núbia Gomes escreveram “Negras raízes mineiras”, considerado um marco divisor sobre o estudo do congado em Minas Gerais. Diferente dos trabalhos dos folcloristas¹⁵, tal aproximou história e antropologia, interpretou essas manifestações como forma de resistência negra, observada através das irmandades e como uma prática social representativa.¹⁶

Os principais estudos sobre as Congadas no estado de Minas Gerais associam a história da Congada à história de Irmandades de negros no período colonial e imperial e, com isso, à história da escravidão. Desse modo, tais estudos fundam-se na tradição como ponto essencial dos trabalhos e a Congada como um evento dentro de uma linha linear que vem desde a Colônia até os dias atuais. Elizabeth Kiddy estudou a Congada da cidade de Oliveira, região central de Minas Gerais; seu recorte temporal perpassa três diferentes períodos: colonial, imperial e o século XX e sua análise afirma que a resistência, alternada de conformismo, é uma estratégia e uma condição para a

¹³ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A festa do Santo Preto*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Funarte/ UFGO, 1985. P. 43.

¹⁴ RABAÇAL, Alfredo. *As congadas no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. Conselho Estadual de Cultura, 1976.

¹⁵ Câmara Cascudo foi um dos folcloristas que pesquisou as congadas no Brasil e as dividiu em três grupos: 1) danças e cantos nas Igrejas pela coroação dos Reis de Congo com cerimonial onde o entronizado exerce autoridade sobre os companheiros; 2) danças e cantos interpretativos de fatos históricos e tradicionais da África, ligados pela memória comum e executados nas festas católicas; 3) bailes de reconstituição social. In: CASCUDO, CÂMARA. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

¹⁶ GOMES, Núbia. PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras*. Coleção Minas e Mineiros. Belo Horizonte: Ed. UFJF, 1988.



manutenção dessa manifestação cultural ao longo dos tempos. Na visão da autora, a congada é uma tradição de heterogenia, pois “projeta-se nas acomodações das práticas ritualísticas uma força espiritual, baseada nos preto-véios e ancestrais, expressa na devoção à santa.”¹⁷ Em sua análise, a manutenção da identidade africana dessa manifestação é alcançada pela maneira como o ritual se acomoda ao tempo presente e que tais rituais não foram “inventados há pouco”.¹⁸

Com a análise dos grupos de congadas no sudoeste de Minas Gerais, Larissa Gabarra, em sua tese de doutorado, procurou entender a relação entre as heranças culturais centro africanas e o uso político e social dessas heranças no cotidiano dos súditos dos reis Congos no Brasil. A Congada, para Gabarra, é entendida como espaço de sociabilidade dos negros e afrodescendentes tomando como ponte de partida a religiosidade presente nas Irmandades a que pertenciam, enfocando a herança cultural africana¹⁹ e a mistura com o catolicismo, ambos tendo como fundo a adaptação das práticas culturais dessas manifestações ao longo do século XX.

Para Patrícia Costa, a escravidão lembrada pela congada “promove a reconciliação com esse passado traumático, na medida em que diversos ternos atualizam durante os festejos a aparição de N. Sra. do Rosário para os cativos, evento transformador da imagem e do valor do escravo perante os senhores.”²⁰ Ainda para a antropóloga que analisou a Congada de Serra do Salitre, oeste de Minas Gerais, o louvor à N. Sra. do Rosário se constitui chave que permitiu acessar os elementos positivos do passado lembrado através da congada. Com essa análise, Patrícia Costa busca o vínculo com as irmandades de negros do período colonial para explicar a devoção à N. Sra. do Rosário.

Em sua análise sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da região de Jatobá, em Belo Horizonte, Leda Maria Martins afirma que as culturas negras que matizaram os territórios americanos, em sua formulação, evidenciando o cruzamento das tradições e memórias orais africanas com todos os outros códigos e sistemas simbólicos com que se confrontaram. As

¹⁷ KIDDY, Elizabeth. *Blacks of the Rosary: memory and history in Minas Gerais, Brazil*. Pennsylvanis State: University Press, 2005.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Para Larissa Gabarra, as heranças culturais africanas diluídas no tempo são marcadas por relações de pertencimento e não pela manutenção da originalidade pura, pois as identidades africanas no Brasil foram forjadas no contexto da diáspora e formação do Novo Mundo. GABARRA, Larissa e Oliveira. *O Reinado do congo no Império do Brasil. O Congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central*. Tese de doutorado. PUC/RJ. Rio de Janeiro, 2009.

²⁰ COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As raízes da Congada: a renovação do presente pelos filhos do rosário*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006. P. 12.



congadas, para Martins, são as festas e cerimônias que o Reinado de Nossa Senhora do Rosário fazem para os santos católicos, festejados africanamente.²¹

O que distingue a história da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande é a inexistência de registro de Irmandades do Rosário na cidade. Em termos gerais, os trabalhos sobre as irmandades e as congadas tem em comum a explicação datada na *origem colonial*, as Congadas representariam a continuidade das Irmandades, que rompem o século XIX e adentram o XX e os rituais são interpretados como continuidade dos principais elementos das Irmandades de escravos do período colonial. Porém, os rituais e elementos da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade não foram herdados de alguma Irmandade, mas, sobretudo, *foram criados e inventados a partir de outras Congadas*. Consta nos depoimentos orais dos membros do grupo que um dos fundadores, o 1º capitão José Venâncio de Lima, fora convidado para dançar na Congada da cidade vizinha, Ibertioga; *encantado com o ritmo e por devoção a Nossa Senhora do Rosário*²², decidiu fundar em Piedade do Rio Grande a Sociedade de Congada e Moçambique.

No terno da Congada e no terno de Moçambique, que são compostas pelos mesmos homens e que juntos compõem a Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande-MG, a rede de relações mantida entre os membros está nos laços de parentesco, compadrio e solidariedade entre tais. Sob a chefia do capitão, do rei e da rainha Conga, todos os homens dançam e cantam em devoção a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês e São Benedito.

A festa atualmente acontece no último fim de semana do mês de maio – anteriormente acontecia no mês de outubro.²³ O terno da Congada apresenta-se durante o sábado até a coroação de N. S. do Rosário, realizada a noite, após a missa e o tom da dança é marcado pelo som da sanfona e os passos pela leveza e alegria. O terno de Moçambique apresenta-se na sexta e no sábado à noite e domingo o dia todo e dançam ao som do tambor com passos firmes e guerreiros.

²¹ MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

²² Entrevista concedida por Maria Emerenciana Silva, Adalgisa Lima e Lourdes Lima Neves dos Santos em 28 de maio de 2012.

²³ Pelas entrevistas realizadas no decorrer da festa de 2011 com diversos membros da Congada e Moçambique e alguns moradores da cidade, a mudança do mês dos festejos foi motivada por conta das chuvas: o mês de outubro é chuvoso na região e a Congada e Moçambique não conseguia dançar nas ruas sem calçamento da cidade, assim, mudaram para o mês de maio, que caracteriza-se por seco e frio na região. Entrevista concedida por Maria Emerenciana Silva, Adalgisa Lima e Lourdes Lima Neves dos Santos em 28 de maio de 2012.



Além dos homens “dançarinos”, existe a Corte, formada pela Rainha Conga, eleita entre os membros da Sociedade, o Rei, príncipe e princesas, todos negros. Pela hierarquia dos ternos o posto mais alto é ocupado pelo capitão. Durante a festa acontece a “chamada de reis”, que são as promessas pagas em dinheiro pelos príncipes e princesas de promessas, que a cada ano se renova entre os moradores locais, ou seja, é o único espaço em que brancos podem participar: pagando promessa. Desse modo, por motivo de saúde ou por qualquer motivo particular, qualquer morador pode fazer uma promessa para Nossa Senhora do Rosário e essa será “paga” no dia da sua festa. O terno da Congada busca cada princesa e príncipe de promessa em sua respectiva casa e leva-os até a Igreja do Rosário, para que lá aconteça o ritual do “pagamento da promessa”.

Em todos os rituais e na devoção a N. Sra. do Rosário o grupo remete-se à memória da escravidão e da liberdade e a história contada do tempo passado é transposta para o presente. O significado desse evento foi (e continua) constantemente redefinido por esse grupo de homens participantes da Congada e Moçambique. À noite, após a celebração da Missa, os ternos dirigem-se para a praça central e dançam em volta da fogueira de aproximadamente três metros de altura, cantando e dançando em tons de guerra e liberdade.²⁴

Existem no decorrer dos mais de oitenta anos de festa, negociações para a ocupação do espaço público – como a Igreja e a praça. No passado, a festa permitia a ocupação desse espaço normalmente utilizado por brancos, atualmente, a festa é ocupada por turistas, máquinas fotográficas e um cortejo em torno dos ternos. A população local, atualmente, assiste a festa, acompanha o cortejo mas não ajuda na sua organização, tudo fica à cargo da Sociedade. Foi na última metade do século XX que a festa consolidou-se no calendário festivo da Igreja Católica e turístico do município, diferente da primeira metade do século, que pelos depoimentos colhidos entre os moradores tais não eram tão “contagiantes” como as atuais. Tal histórico deixou marcas profundas nas formas como as festas se apropriaram do espaço e da cidade e nos diversos formatos, memórias e significados tecidos em torno da festa.

²⁴ Trechos das músicas cantadas pelos congadeiros e moçambiqueiros e que re-significam a Abolição: “Nossa Senhora do Rosário, ela não falava, no dia 13 de maio ela deu sua palavra”. “Foi a princesa Isabel que nos deu a libertação. Viva! Viva!”. Nesses trechos percebemos o quanto a Abolição é reelaborada, sobretudo, na concepção de liberdade obtida enquanto presente da princesa Isabel. Nesse sentido, conferir o trabalho: DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a "redentora" dos escravos: Uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru: EDUSC, 2004. Para análise das músicas o trabalho de Glaucia Lucas é interessante para abordagem das musicalidades e das expressões simbólicas das congadas de Jatobá e Contagem, em Minas Gerais. LUCAS, Glaucia. *Os sons do Rosário. O Congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.



No período em que acontece os festejos, ocorre uma subversão da hierarquia social vigente, com a elevação simbólica dos congadeiros e moçambiqueiros que, no três dias de festa, passam a ocupar uma posição superior. “A congada expressa uma forma de resistência baseada antes, na negociação pela busca de reconhecimento social, do que no confronto direto”.²⁵

Desse modo, analiso nesse artigo as três gerações de congadeiros e moçambiqueiros da Sociedade de Congada e Moçambique de Nossa Senhora do Rosário de Piedade do Rio Grande-MG e investigo as diferentes práticas culturais e os conflitos identitários que envolveram –e continuam envolvendo – esse grupo de afrodescendentes.²⁶ As três gerações²⁷ são, respectivamente: a primeira, que são os fundadores do grupo na década de 1920, todos descendentes de escravos; a segunda, filhos e sobrinhos da primeira geração, marcados pelo fenômeno da migração de Piedade para outras cidades e para o reencontro nas festas anuais e a terceira geração, atual e responsável pela transformação em festa turística e possível registro como um rito cultural.

A 1ª geração: Tempo de lembranças e esquecimentos

Aos dez dias do mês de junho de mil novecentos e vinte e oito, reuniu-se a sociedade de “Congada e Moçambique” para adoração de N. S. das Mercês e N. S. do Rosário respectivamente, sobre a presidência do sr. Francisco Fernandes Teixeira, secretariado por mim José Monteiro do Nascimento, secretário e presentes todos os sócios inscritos e incorporados, para organização dos Estatutos e suas cláusulas, fins e direitos da sociedade e as responsabilidades de cada sócio para com seus superiores.²⁸

Foi com a escrita simples e direta, como nota-se no trecho recortado acima, que o secretário da Sociedade de Congada e Moçambique da pequena cidade no interior de Minas Gerais inicia a Ata de fundação da mesma; no final do documento consta: *encerrou-se os trabalhos de ata que vai por todos assinada e assinando a rogo dos que não sabem escrever o secretário*²⁹. E segue a lista

²⁵ COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As raízes da Congada: a renovação do presente pelos filhos do rosário*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006. p. 13.

²⁶ Ao focar a análise nas três gerações de congadeiros e moçambiqueiros, pretendo pesquisar ao longo do doutorado, as memórias e as trajetórias sociais de tais indivíduos para tentar compreender como as diferentes representações e identidades relacionadas ao grupo foram construídas ao longo do século XX por cada geração de congadeiros e moçambiqueiros e o quanto essas construções estão ligadas à questão do silenciamento e/ou afirmação da cor.

²⁷ J.F. Sirinelli destaca os limites e possibilidades do uso da “geração” como instrumento de análise do historiador e como objeto da história, já que “‘geração’ é um conceito muito utilizado no senso comum para marcar a passagem do tempo e dar-lhe significados”. SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. 8 ed; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 135.

²⁸ Ata da Primeira Reunião da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade, de 10 de junho de 1928. A documentação encontra-se na casa do atual diretor da Sociedade, Sr. Elcio Mendes, residente em Piedade do Rio Grande-MG.

²⁹ Ata da Primeira Reunião da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade, de 10 de junho de 1928.



de mais de trinta nomes de homens negros, descendentes de escravos, analfabetos e que trabalhavam nas principais fazendas da região, onde seus pais e avós foram escravos.

É com esse trecho da Ata que apresento a primeira geração de congadeiros e moçambiqueiros de Piedade do Rio Grande-MG; a fundação dessa pequena cidade, localizada no campo das vertentes de Minas Gerais, com proximidades ao sul do Estado, remonta ao século XVIII, período em que houve a criação do curato de Nossa Senhora da Piedade, com a Igreja fundada em 1748. No fim do século XVIII e meados do XIX, a região manteve-se pelas trocas econômicas com as Vilas mineradoras vizinhas, São João del Rei e São José Del Rei (atual Tiradentes). Em fins do século XIX e início do XX, as fazendas de criação de gado e abastecimento de milho e feijão permaneceram ativas, mesmo após fim da escravidão. Para José Murilo de Carvalho, a transição do trabalho escravo para o livre na região,

parece ter-se verificado sem traumas. Os ex-escravos saíram da senzalas, se ainda nelas viviam, construíram suas casas em terrenos cedidos pelos proprietários ou terras públicas, e continuaram a trabalhar para os antigos donos, ou para fazendeiros vizinhos. O salário era muitas vezes substituído por parceiros, por trocas e serviços, como moagem de milho.³⁰

A família de José Venâncio de Lima, 1º Capitão da Congada e Moçambique em 1928, é um exemplo dessa situação. Seus pais, José Venâncio e Perpétua, foram escravos na fazenda da Vargem e com o fim da escravidão, construíram sua casa próxima a essa fazenda, no lugar chamado Maroto e continuaram trabalhando para os antigos donos, com o salário substituído pela parceria. José Venâncio Lima, o filho, nasceu, possivelmente, no ano de 1873 e foi casado com Maria José de Faria, filha dos escravos Maria Iria e Militino, ambos escravos da fazenda do Tejuco (as duas fazendas, Vargem e Tejuco, são próximas geograficamente e os proprietários eram primos). José Venâncio e Maria José *nasceram livres*, nos dizeres de suas filhas entrevistadas, tiveram dez filhos, moraram no Maroto, região rural de Piedade e trabalharam nas antigas fazendas onde seus pais foram escravos.³¹

³⁰ JESUS, Maria Cecília de; ALVES, Maria das Dores. Maria Selma de Carvalho, José Murilo de Carvalho, Ana Emília de Carvalho (org.). *Histórias que a Cecília Contava*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. P. 14.

³¹ Entrevista concedida por Maria Emerenciana Silva, Adalgisa Lima e Lourdes Lima Neves dos Santos em 28 de maio de 2012. Livro de Batismo e Casamento da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Arquivo da Cúria de Piedade do Rio Grande-MG.



José Venâncio Lima, seus filhos e filhas fazem parte da primeira geração de congadeiros e moçambiqueiros de Piedade, tais se agruparam, inventaram seus símbolos e rituais e associaram-se por questões culturais, históricas e políticas. Todos eles, dos mais antigos, como as três irmãs, até as gerações mais jovens viveram um tempo estigmatizado pela memória da escravidão, por isso, a necessidade de pertencer a uma experiência comum, inventada, mas que lhes garantiam representação social frente à sociedade de Piedade do Rio Grande, branca e desigual.

Foi com essa primeira geração, com os fundadores da Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande, que foram reinventadas formas de dominação e dependência nas relações entre os fazendeiros – elite branca da região – e os trabalhadores negros, que continuaram trabalhando nas fazendas, após a Abolição e eram quase todos descendentes de escravos. A experiência do cativo foi requalificada no período do pós-abolição, o que para Hebe Mattos significou em relações de trabalho e hierarquias baseadas nas relações escravistas.³² A fundação da Sociedade de Congada e Moçambique insere-se no contexto da pós-emancipação que abrigou múltiplas modalidades de inscrição social.³³

A Ata de fundação da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande ainda apresenta as obrigações de cada sócio e essas estão baseadas na “construção” da fé e devoção, no comparecimento aos ensaios e nos arrecadamentos para a compra de material para a festa, como sanfona, imagens de Nossa Senhora entre outros. Não há nenhuma cláusula que determine a entrada exclusiva de homens negros descendentes de escravos, mas, ao analisar a lista de composição dos homens que assinam como sócios, concluímos que todos eram descendentes de escravos, a exceção do presidente e secretário, ambos brancos e filhos da elite da cidade.³⁴ É interessante notar que a

³² CASTRO, Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

³³ Um questionamento levantado por Thomas C. Holt, Rebecca J. Scott e Frederick Cooper é interessante: quais são as fronteiras adequadas do estudo das sociedades pós-emancipação? Geralmente, os trabalhos sobre o período do pós-abolição remetem ao fim da escravidão e não tem data limite, como afirmam os autores. Para essa discussão, ver especialmente: COOPER, Frederick. HOLT, Thomas C. SCOTT, Rebecca J. Tradução Maria Beatriz de Medina. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. E ainda, o recente trabalho de Rebecca Scott e Jean Hébrard, sobre a trajetória familiar de descendentes de escravos em diversos espaços atlânticos, datados do fim do século XVIII até o início do XX. SCOTT, Rebecca J. HÉBRARD, Jean M. *Freedom Papers. Na Atlantic Odyssey in the age of emancipation*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2012.

³⁴ Ata da Primeira Reunião da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade, de 10 de junho de 1928.



organização da Sociedade, como é representada pela Ata, é bastante próxima às Irmandades do Rosário do período colonial, que tinham em seus cargos de secretário, membros da elite local.

A questão que se coloca é porque esse grupo de homens, filhos e sobrinhos de escravos se reuniram numa Sociedade “*para adoração de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Mercês*”³⁵? Em comum, além de todos serem descendentes de escravos e negros, todos estavam excluídos da participação política, eram analfabetos, como verificamos na Ata de fundação da Sociedade (ausência da assinatura dos sócios, é o secretário quem assina para todos), tinham nascido no final do século XIX e começo do século XX, e assim como seus pais e avós, que foram escravos, trabalhavam nas fazendas da região na lida da agricultura.

É importante notar que, após o momento de fundação da Sociedade, essa geração “coincide” com o processo de enquadramento da memória do processo abolicionista e com os esforços normatizadores do período chamado de Era Vargas da década de 1930; as diversas iniciativas de Vargas para reforçar a noção do trabalho e da questão social como doação do Estado – através da legislação social – inaugurou um novo tempo “a mitologia de Vargas, nas falas consideradas, reforça o fato de uma determinada relação hierárquica e pessoal de obrigações recíprocas entre fazendeiros e trabalhadores, que, quando quebrada, passava a estar sujeita ao poder do Estado.”³⁶

Quase tudo foi criado, inventado e re-significado com a fundação dessa Sociedade: até mesmo a fé. Por não ter irmandades religiosas em Piedade do Rio Grande, os descendentes de escravos ligavam-se, sobretudo, por laços de parentesco e pela proximidade geográfica das fazendas.

Tal geração fundou a Sociedade e a Festa de Nossa Senhora do Rosário na década de 1920 e até os dias atuais os festejos acontecem na cidade com o pedido de licença para a Igreja Católica, o toque da caixa e da sanfona, as danças, os cantos e os rituais em louvor à N. S. do Rosário, das Mercês e São Benedito. Atualmente, mais de noventa “homens de cor” vestidos de roupa branca, fita colorida na cabeça e guizo no pé participam dessa festa; mas nem sempre foi assim. A primeira

³⁵ Ata da Primeira Reunião da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande, de 10 de junho de 1928.

³⁶ GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, Hebe Maria. “Entre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História Oral*, n.1, junho de 1998, pp. 121-143. RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 55.



geração contava com trinta participantes e poucos recursos financeiros, como verificamos pela Ata analisada.

2º geração: Tempo de migrar, tempo de trabalhar

As décadas de 1950, 60 e 70 foram marcadas por uma intensa migração dos membros da Sociedade de Congada e Moçambique para grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo – a maioria deles, filhos dos fundadores e por um grande êxodo rural em Piedade do Rio Grande, onde o campo não oferecia maiores possibilidades de trabalho e as cidades mais desenvolvidas apresentavam crescimento. Nesse quadro, a festa e a Sociedade de Congada e Moçambique ganhava outro sentido: o retorno dos membros que tinham migrado para o reencontro com a cidade natal, com os membros familiares e com a própria Congada e Moçambique.

Para José Murilo de Carvalho, o sistema de trabalho na região de Piedade do Rio Grande, baseado na substituição do salário por parcerias, à meia ou à terça, trocas e serviços, sobreviveu com poucas alterações até 50 anos após a Abolição. Foi essa nova geração de congadeiros e moçambiqueiros, que segundo o autor migra “inicialmente para Volta Redonda, atraída pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional, depois para São Paulo.”³⁷

A ida para a festa de Nossa Senhora do Rosário significava, portanto, o retorno à Piedade do Rio Grande e o reencontro familiar.³⁸ É com o empenho dessa nova geração que o grupo consolida-se enquanto festa da cidade, porém restrita ao grupo familiar dos congadeiros e moçambiqueiros. A relação com a Igreja Católica teve, nesse período, momentos de proximidades e distanciamentos. Vários acontecimentos marcaram esse período: construção de uma nova Igreja, no fim da década de 1950, a Matriz de Nossa Senhora da Piedade, a transferência da primeira imagem (de 1748) para esse novo templo, a entrega da antiga matriz ao grupo de congadeiros e moçambiqueiros e a titulação da antiga como Igreja de Nossa Senhora do Rosário.³⁹ É nesse período também,

³⁷ JESUS, Maria Cecília de; ALVES, Maria das Dores. Maria Selma de Carvalho, José Murilo de Carvalho, Ana Emília de Carvalho (org.). *Histórias que a Cecília Contava... Op. Cit.* P. 14.

³⁸ Entrevista concedida por Maria Emerenciana Silva, Adalgisa Lima e Lourdes Lima Neves dos Santos em 28 de maio de 2012.

³⁹ Pelo livro de memórias escrito pelo Sr. José Edwiges aconteceu uma troca: a Congada doou o dinheiro que tinha arrecadado para a construção da nova Igreja Matriz e em troca, ficaria com a antiga, que seria assim chamada de Igreja de Nossa Senhora do Rosário. MONTEIRO, José Edwiges Araújo. *Fatos e recordações*. Belo Horizonte: Promove Artes Gráficas e Editora, 2010.



especialmente a década de 1970, que a passagem de um pároco local representa um conflito aberto com o grupo, que os proibiu de entrar na Igreja do Rosário: o grupo não poderia passar da porta da Igreja e teriam que dançar na frente e pedir à bênção de Nossa Senhora do Rosário do lado de fora da Igreja.⁴⁰

Para aqueles membros que não migraram, muitos eram os fundadores que continuaram trabalhando nas fazendas da região, a festa era o momento de descanso, quando deixavam as fazendas que trabalhavam e seguiam para a cidade. Esse grupo estava inserido em redes de relações sociais e de compadrio com os fazendeiros. A festa estava restrita ao grupo dos congadeiros e moçambiqueiros e seus familiares e nos dizeres de alguns entrevistados “*brancos não participavam*”.⁴¹

3º geração: Tempo de lutar, tempo de festejar

Atualmente, a maioria dos congadeiros e moçambiqueiros mora em Piedade do Rio Grande, aqueles que residem fora continuam indo para a festa (não são muitos) e a festa representa um espetáculo, no sentido turístico e ritualístico. É no bairro “Biquinha” que atualmente concentra-se a maioria da população pobre e negra da cidade e é nesse local que residem a maioria dos membros da Congada e Moçambique. Todos os estigmas e preconceitos estão direcionados a esse bairro.

A entrada de um pároco admirador da Congada e Moçambique no ano de 1987 (e que continua até hoje na cidade), a verba anual repassada pela Prefeitura Municipal e a tentativa de construção de um espaço para a Sociedade são acontecimentos que marcam esse período atual; ambos aspectos estão repletos de lutas simbólicas, negociações com as autoridades e com o espaço público da cidade. A maior parte dos congadeiros e moçambiqueiros ocupam posições pouco remuneradas, trabalham nas lavouras e fazendas de gado, ou então são garis, serventes, atendentes entre outras. E é somente nos três dias do último fim de semana do mês de maio que esses homens protagonizam a cena social da cidade.

⁴⁰ Por alguns depoimentos, muitos afirmam que a Congada ficava restrita às ruas e não poderiam entrar na Igreja, mesmo após o acordo de doação de dinheiro para a construção da nova. Entrevista concedida por Maria Emerenciana Silva, Adalgisa Lima e Lourdes Lima Neves dos Santos em 28 de maio de 2012.

⁴¹ Entrevista concedida por Maria Emerenciana Silva, Adalgisa Lima e Lourdes Lima Neves dos Santos em 28 de maio de 2012.



Netos e sobrinhos-netos dos fundadores pertencem ao grupo, alguns moram em Piedade do Rio Grande, outros não. A festa continua como espaço de encontro dos grupos familiares ligados à Congada e Moçambique.⁴² Eventualmente o grupo participa de apresentações nas cidades vizinhas, nos encontros de Congadas realizadas por diferentes Secretarias de Cultura do Estado de Minas Gerais e em diversas cidades.

Para essa nova geração, a questão da cor é amplamente afirmada no grupo: ser negro e participar da Congada e Moçambique são pontos fortes nas falas dos membros e nos artigos vendidos na festa, assim como nas lembranças entregues na porta da Igreja, após a realização da missa.⁴³ É com essa geração que as memórias das gerações passadas são constantemente reconstruídas e re-inventadas no decorrer das festas e apresentações.

Os rituais, os cantos e a devoção à Nossa Senhora do Rosário permanecem os mesmos nas três gerações. Desse modo, é interessante questionar até que ponto as memórias criadas e recriadas durante o século XX pelas três gerações conferem representação ao grupo? Quais eram as relações estabelecidas entre os membros da Congada e Moçambique com a sociedade branca e desigual que os diferenciava? Quais as relações de poder e conflitos que estavam envolvidos? Qual o critério que os diferenciava: somente a cor?

A possível resposta é que a representação da cor em Piedade do Rio Grande esteve relacionada aos interesses políticos dos grupos afrodescendentes em ocupar um lugar representativo dentro de uma sociedade branca e desigual. Ou seja, a origem da Sociedade, ligado à escravidão e à liberdade, contada e recriada a partir da dança foi a estratégia desse grupo, face a história oficial da cidade que ressalta a hierarquia das famílias de brancos. A Congada e o Moçambique em Piedade do Rio Grande é uma narrativa ritualizada pela performance do corpo e da dança expressando a desigualdade para reivindicar e produzir igualdade social.

⁴² Entrevista concedida por Maria Emerenciana Silva, Adalgisa Lima e Lourdes Lima Neves dos Santos em 28 de maio de 2012.

⁴³ Na *lembrança* da festa de 2011, o texto escrito em papel fotográfico: “Hoje somos raízes, buscando nosso valor. Negro fazendo história, negro também é amor.”. Na camiseta vendida em 2006, os dizeres: “Fomos, somos e seremos sempre guerreiros. 80 anos de tradição, amor e raça”. Na camiseta vendida em 2008, um trecho de uma música: “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na cidade onde eu nasci e poder me orgulhar e ter a consciência que o negro tem seu lugar”. O dinheiro arrecadado com a venda das camisetas é destinado à Sociedade.



A possibilidade de perceber as mudanças e as continuidades nesse processo de construção e de identidades somente é possível com a análise dos relatos, das experiências sociais e das memórias das três gerações, pois ela foi deixada como um rastro no decorrer desses oitenta anos. O fio condutor, portanto, são os relatos e as memórias desse grupo, suas formas inventadas, resignificadas e também silenciadas ao longo do século XX.

Bibliografia

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. *Jongos, calangos e folias. Música negra, memória e poesia*. Niterói: LABHOI-UFF, 2007.

ABERTI, Verena. *Ouvir contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, século XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A festa do Santo Preto*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Funarte/ UFGO, 1985.

CASTRO, Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

COOPER, Frederick. HOLT, Thomas C. SCOTT, Rebecca J. Tradução Maria Beatriz de Medina. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As raízes da Congada: a renovação do presente pelos filhos do rosário*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a "redentora" dos escravos: Uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru: EDUSC, 2004.



GABARRA, Larissa e Oliveira. *O Reinado do congo no Império do Brasil. O Congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central*. Tese de doutorado. PUC/RJ. Rio de Janeiro, 2009.

GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, Hebe Maria. “Entre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História Oral*, n.1, junho de 1998, PP. 121-143.

GOMES, Núbia. PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras*. Coleção Minas e Mineiros. Belo Horizonte: Ed. UFJF, 1988.

JESUS, Maria Cecília de; ALVES, Maria das Dores. Maria Selma de Carvalho, José Murilo de Carvalho, Ana Emília de Carvalho (org.). *Histórias que a Cecília Contava*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

KIDDY, Elizabeth. *Blacks of the Rosary: memory and history in Minas Gerais, Brazil*. Pennsylvanis State: University Press, 2005.

LUCAS, Glaura. *Os sons do Rosário. O Congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MELLO E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa da coroação do rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MONTEIRO, José Edwiges Araújo. *Fatos e recordações*. Belo Horizonte: Promove Artes Gráficas e Editora, 2010.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. *Topoi*, v.7, n.12, jan-jun 2006, pp. 60-115.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, 1989. P. 3-15.

RABAÇAL, Alfredo. *As congadas no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. Conselho Estadual de Cultura, 1976.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1997.

RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



SCOTT, Rebecca J. HÉBRARD, Jean M. *Freedom Papers. Na Atlantic Odyssey in the age of emancipation*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. 8 ed; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império Português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, n.2, 2004, pp. 303-330.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa*. Lisboa: Caminho, 1988.